



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA

CARLA BIANCA RODRIGUES MANGAS

**A CONTRIBUIÇÃO DAS BASES DE JURISPRUDÊNCIA PARA O DIREITO DE
ACESSO À INFORMAÇÃO: uma análise comparativa entre TJPA e TJAM**

BELÉM - PA
2026

CARLA BIANCA RODRIGUES MANGAS

**A CONTRIBUIÇÃO DAS BASES DE JURISPRUDÊNCIA PARA O DIREITO DE
ACESSO À INFORMAÇÃO: uma análise comparativa entre TJPA e TJAM**

Artigo apresentado como Trabalho de Curso, para
obtenção do grau de Bacharela em Biblioteconomia,
pela Faculdade de Biblioteconomia da Universidade
Federal do Pará.

Orientador: Prof. Lucivaldo Vasconcelos Barros

BELÉM - PA
2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M277c Mangas, Carla Bianca Rodrigues.
A Contribuição das bases de jurisprudência para o direito de acesso à
informação : uma análise comparativa entre TJPA e TJAM
/ Carla Bianca Rodrigues Mangas. — 2026.
25 f.

Orientador(a): Prof. Dr. Lucivaldo Vasconcelos Barros Trabalho de
Curso (Graduação) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Faculdade de Biblioteconomia,
Belém, 2026.

1. informação jurídica. 2. jurisprudência. 3. recuperação da
informação. 4. acesso à informação. 5. bases de dados. I. Título.

CDD 020

CARLA BIANCA RODRIGUES MANGAS

**A CONTRIBUIÇÃO DAS BASES DE JURISPRUDÊNCIA PARA O DIREITO DE
ACESSO À INFORMAÇÃO: uma análise comparativa entre TJPA e TJAM**

Artigo apresentado como Trabalho de Curso, para
obtenção do grau de Bacharel(a) em Biblioteconomia,
pela Faculdade de Biblioteconomia da Universidade
Federal do Pará.

Data de defesa: 16/07/2026

Banca examinadora:

Prof. Dr. Lucivaldo Vasconcelos Barros (Orientador)
Doutor em Desenvolvimento Sustentável pela UnB
Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Carlos Antônio Braga de Souza (Membro interno)
Doutor em Ciências da Religião pela PUC- SP
Universidade Federal do Pará

Bibliotecário Rodrigo Oliveira de Paiva (Membro externo)
Doutor em Comunicação, Cultura e Amazônia pela UFPA
Universidade Federal do Pará

AGRADECIMENTOS

Escrever os agradecimentos foi, sem dúvida, uma das partes mais difíceis deste trabalho. Ao começar esta etapa, um filme passou pela minha mente, lembrando toda a minha trajetória vivida ao longo desses anos na faculdade. Foram anos de desafios, aprendizados e principalmente, de superação.

Chegar até esse momento sozinho não foi possível, pois isso, agradeço, primeiramente a Deus, por ter me guiado e me concedido força em todos os momentos dessa jornada.

Aos meus pais, Lourdes e Valdeni por sempre me apoiarem e incentivarem minhas escolhas, sem questionar meus sonhos. Obrigada por serem meu porto seguro.

Ao meu orientador, Professor Doutor Lucivaldo Vasconcelos Barros, por ter aceitado orientar esta pesquisa. Sou grata pela paciência, compreensão e pelos ensinamentos compartilhados ao longo deste trabalho.

Aos meus amigos Brenda, Cleice, Day, Elida, Flavia, Luiz, Nat e Suzane, a graduação foi intensa e exaustiva, mas agradeço por terem tornado esses anos mais leves e alegres.

Aos bibliotecários do Centur/ Usina e PCDL por terem me ensinado e mostrado, na prática, como essa profissão pode ser bonita e humana em vários aspectos.

Por fim, aos meus amigos de longa data, Ayla e Elian, que, de alguma forma, sempre estiveram presentes e participaram, direta ou indiretamente, nessa fase da minha vida.

Obrigada, à todos!

A CONTRIBUIÇÃO DAS BASES DE JURISPRUDÊNCIA PARA O DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO: uma análise comparativa entre TJPA e TJAM¹

Carla Bianca Rodrigues Mangas²

Lucivaldo Vasconcelos Barros³

RESUMO: Analisar de forma comparativa as características de recuperação da informação das bases de jurisprudência do TJPA e do TJAM, considerando sua relação com o acesso às informações jurídicas disponibilizadas pelos tribunais. O estudo adotou uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, descritivo e comparativo, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e documental e observação sistemática das plataformas digitais. Os resultados apontam que ambas as plataformas contribuem para a disponibilização da informação jurídica e para a transparência institucional. No entanto, percebeu-se que a base de jurisprudência do TJPA apresenta maior diversidade de mecanismos de busca, melhor integração dos recursos de pesquisa e maior capacidade de refinamento das pesquisas. Embora o TJAM apresente um desempenho satisfatório, observou-se menor flexibilidade para pesquisas que demandam estratégias de buscas mais específicas. Portanto, o acesso à informação jurídica não depende apenas da disponibilização das decisões judiciais, mas também da qualidade da organização, da representação e da recuperação da informação, comprovando a importância da contribuição da Ciência da Informação para o aprimoramento do acesso às bases de jurisprudência.

Palavras-chave: informação jurídica; jurisprudência; recuperação da informação; acesso à informação; bases de dados.

THE CONTRIBUTION OF JURISPRUDENCE DATABASES TO THE RIGHT OF ACCESS TO INFORMATION: A Comparative Analysis between the Courts of Justice of Pará (TJPA) and the Courts of Justice of Amazonas (TJAM)

ABSTRACT: This study comparatively analyzes the information retrieval characteristics of the TJPA and TJAM case law databases, considering their relationship to access regarding the legal information made available by the courts. A qualitative approach was adopted exploratory, descriptive, and comparative in nature carried out through bibliographic and documentary research and the systematic observation of digital platforms. The results indicate that both platforms contribute to the availability of legal information and to institutional transparency. However, it was found that the TJPA case law database offers a wider variety of search mechanisms, better integration of search features, and greater capacity for refining searches. Although the TJAM platform performs satisfactorily, it showed less flexibility for searches requiring more specific strategies. Therefore, access to legal information depends not only on the availability of judicial decisions but also on the quality of information organization, representation, and retrieval, demonstrating the importance of Information Science's contribution to improving access to case law databases.

Keywords: legal information; case law; information retrieval; access to information; database.

¹ Artigo apresentado como Trabalho de Curso (TC), da Faculdade de Biblioteconomia (FABIB), da Universidade Federal do Pará (UFPA).

² Aluna do curso de Biblioteconomia, FABIB/UFPA.

³ Professor orientador do TC.

1 INTRODUÇÃO

O acesso à informação estabelece um direito relevante para o fortalecimento da cidadania, da transparência pública e do Estado Democrático de Direito, o qual proporciona aos cidadãos conhecerem seus direitos, acompanharem o desempenho das instituições públicas e praticarem o controle social sobre a administração pública. Nesse cenário, o conceito de acesso à informação se afirma diante da Constituição Federal de 1988, no artigo 5º, inciso XXXIII assegura que “ todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral [...]” (Brasil, 1988).

Posteriormente, foi criada a Lei nº 12.527, 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI). Essa legislação, teve como propósito regulamentar o acesso à informação, tornando a publicidade como regra e o sigilo como exceção, ampliando recursos de transparência na administração pública (Brasil, 2011).

O conceito de direito à informação, de acordo com Jáuregui (2010), surge ao fim da Segunda Guerra Mundial, como resultado de um pensamento crítico sobre a ideia da doutrina liberal e dos impactos políticos e sociais que a liberdade de informação causou na sociedade nesse período. Após esse marco histórico, estudiosos começaram a discutir o direito à informação, de como é essencial para cidadãos e instituições, pois atua diretamente na construção da democracia e na liberdade de expressão.

Conforme Ferreira (2015) o direito à informação é necessário para a concretização da cidadania, servindo como mecanismo de democratização do conhecimento. No âmbito judiciário, o acesso à informação jurídica possui um papel importante para a execução dos direitos sociais e no exercício da cidadania, pois permite que a sociedade possa compreender normas, interpretações legais e decisões judiciais.

Em vista disso, a informação jurídica pode ser compreendida como “o conjunto de conteúdos pertencentes ao universo conceitual da Ciência Jurídica, que se expressam por meio das formas documentárias reveladoras da atuação jurídica” (Guimarães, 1999, p. 11 *apud* Ferreira; Maculan, 2018, p. 279). Sua organização e disponibilização são essenciais para garantir que cidadãos, pesquisadores e profissionais do Direito, tenham o acesso aos conteúdos necessários para o exercício de suas preferências.

Nesse contexto, o acesso à informação jurídica não disponibiliza apenas conteúdos, mas envolve também a qualidade da organização, da representação e da recuperação da informação. Sendo assim, não basta que a informação esteja disponível, é necessário que ela seja compreensível, acessível e recuperável de forma eficiente pelos diferentes perfis de usuários, incluindo cidadãos, estudantes, advogados e pesquisadores.

Sob esse olhar, com o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), os tribunais passaram a disponibilizar bases de dados que permitem o acesso às informações jurídicas, principalmente as de caráter jurisprudencial. Essas bases de jurisprudência possibilitam a consulta de acórdãos e ampliam o alcance da informação jurídica, esse conceito é reforçado por Ferreira (1994, p. 9) ao afirmar que: “a informática trouxe um aumento considerável da oferta de informações e das possibilidades de sua disseminação”.

Diante disso, os Tribunais de Justiça do Estado do Pará (TJPA) e do Estado do Amazonas (TJAM) foram escolhidos com intuito de investigar a disponibilidade de suas bases de jurisprudência voltadas ao acesso ao público. Contudo, apesar dessa disponibilidade, percebe-se que existem poucos estudos desenvolvidos na área da Ciência da Informação (CI) que investigam as bases de jurisprudência sob a perspectiva da organização, representação e recuperação da informação.

As pesquisas se centralizam nos aspectos jurídicos, ocasionando uma baixa atenção na qualidade dos mecanismos de busca e recuperação da informação jurídica. Assim, esta pesquisa busca contribuir para reduzir essa lacuna ao analisar comparativamente as duas bases de jurisprudência sob a ótica da Biblioteconomia e da CI.

A escolha desses tribunais se justifica pela relevância institucional no contexto amazônico, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2025), os estados do Pará e do Amazonas correspondem aos estados que possuem a maior extensão territorial na Região Norte, embora que compartilhem características geográficas e regionais, apresentam diferenças históricas, culturais e administrativas.

Em relação a essas divergências e convergências, surgiu o interesse em investigar se essas particularidades também refletem na organização e na recuperação da informação das bases de jurisprudência, bem como em suas condições de acesso à informação jurídica.

Nessa conjectura, o objetivo geral desta pesquisa é analisar de forma comparativa as características de recuperação da informação das bases de jurisprudência do TJPA e do TJAM, considerando sua relação com o acesso às informações jurídicas disponibilizadas pelos tribunais. Em consequência disso, foram definidos os seguintes objetivos específicos: identificar os mecanismos de busca, recursos de organização documental, metadados e

critérios de recuperação da informação presentes das bases de jurisprudência; comparar as características de organização, indexação e recuperação das bases de jurisprudência, identificando as semelhanças e diferenças entre elas.

Diante disso, o presente estudo busca responder à seguinte questão de pesquisa: De que maneira as características de recuperação da informação das bases de jurisprudência do TJPA e do TJAM se relacionam com o acesso às informações jurídicas?

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo comparativo de uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva. O trajeto metodológico utilizou-se, no primeiro momento, uma pesquisa bibliográfica fundamentada na literatura da CI e do Direito, combinada com a pesquisa documental com o intuito de compreender as características de organização, indexação e recuperação da informação presentes nas bases de dados de jurisprudência do TJPA e do TJAM, bem como sua relação com o acesso às informações jurídicas disponibilizadas por esses tribunais. Em seguida, foi realizada uma análise entre as bases de jurisprudência disponibilizadas pelos tribunais mencionados acima, buscando identificar semelhanças e/ou diferenças, capacidades e limitações.

Com relação à abordagem, esta pesquisa se caracteriza como qualitativa, permitindo uma análise aprofundada da organização, recuperação e disponibilização da informação jurídica nas bases de dados estudados. Segundo Moreira e Caleffe (2008, p. 73) a pesquisa qualitativa “[...] explora as características dos indivíduos e cenários que não podem ser facilmente descritos numericamente”. A pesquisa qualitativa está voltada à interpretação de informações não quantitativas, ou seja, não possui dados numéricos a serem analisados e se baseia em diferentes tipos de documentos.

O estudo possui caráter exploratório e descritivo, pois conforme Gil (2010) a pesquisa exploratória proporciona um vínculo maior com a problemática, para desenvolver uma ideia, que possa servir para estudos futuros, enquanto a pesquisa descritiva serve para registrar características de uma população, criando métodos para estabelecer relações entre diferentes variáveis. Esses dois conceitos ressaltam o objetivo de confrontar as realidades dos dois tribunais para comprovar suas convergências e divergências.

Ademais, a pesquisa utilizou-se de uma pesquisa documental e bibliográfica para compreender as informações disponibilizadas pelos próprios tribunais, incluindo dados institucionais, jurisprudenciais e documentos relacionados à organização das bases de dados. A revisão bibliográfica fundamenta-se em artigos e legislações sobre Ciência da Informação e Direito. Por isso, utilizou-se a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), a Scientific Electronic Library Online (SciELO), Repositórios da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Biblioteca Online do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) e a Plataforma DIGITHEKE para a recuperação dos artigos.

Esse estudo foi desenvolvido a partir da análise das bases de jurisprudência do TJPA e do TJAM, na qual foram acessadas publicamente por meio das plataformas eletrônicas disponibilizadas pelos tribunais. Para facilitar a análise, os resultados foram organizados em duas etapas complementares. Na primeira, realizou-se o levantamento e o diagnóstico individual das plataformas institucionais do TJPA e do TJAM, identificando suas características estruturais e funcionais, já na segunda etapa, procedeu-se à comparação entre as duas bases de jurisprudência, indicando convergências e divergências relacionadas aos mecanismos de busca, organização da informação e recuperação da informação jurídica.

A coleta de dados foi realizada entre abril e maio de 2026, mediante a observação sistemática das bases de jurisprudência de ambos os tribunais, considerando elementos relacionados à organização da informação e funcionalidades das bases. Essa observação sistemática, foi conduzida por meio de um protocolo de observação elaborado para esta pesquisa.

Esse protocolo foi construído a partir dos critérios apresentados no Quadro 1 e aplicado individualmente às bases de jurisprudência do TJPA e do TJAM. A cada critério, foram definidos indicadores de observação registrados em formulário, possibilitando verificar a presença ou ausência das funcionalidades e registrar observações referentes às características de organização, indexação e recuperação da informação. Logo, essas informações coletadas serviram de base para a análise comparativa das plataformas.

Foram realizados testes de busca nas bases de jurisprudência, utilizando termos recorrentes no cotidiano e por se complementarem na representação dos assuntos pesquisados. Para padronizar as consultas e possibilitar a comparação entre as bases do TJPA e do TJAM, adotou-se o operador booleano AND, permitindo a recuperação de documentos dos termos pesquisados.

Para realização da análise comparativa, os critérios de avaliação foram construídos a partir da literatura sobre recuperação da informação, organização da informação jurídica e de bases jurisprudenciais. Esses critérios estabelecidos tiveram como base em estudos relacionados à recuperação da informação jurídica dos autores e qualidade das bases jurisprudenciais de Bueno (1999), e Schurig *et al.*, (2025), considerando aspectos técnicos e informacionais que influenciam diretamente o acesso à informação jurídica conforme apresentado no **Quadro 1**.

Quadro 1 – Critérios utilizados na análise comparativa das bases de jurisprudência

Critério	Descrição
Mecanismos de busca	Avalia os recursos oferecidos pelo sistema para realização das pesquisas, incluindo busca simples, busca avançada, operadores de pesquisa e filtros que auxiliam na recuperação da informação
Metadados	Verifica a presença de elementos descritivos dos documentos, como número do processo, relator, órgão julgador, data do julgamento, ementa e outras informações que facilitam sua identificação e recuperação.
Organização documental	Analisa a forma como os documentos jurídicos são estruturados, apresentados e organizados na base de dados, favorecendo a localização e a compreensão das informações.
Indexação	Avalia como os documentos são representados por termos, descritores ou outros elementos que possibilitam sua recuperação eficiente durante as pesquisas
Recuperação da informação	Avalia a capacidade do sistema de localizar e disponibilizar documentos pertinentes às consultas realizadas, considerando a eficiência dos mecanismos de busca.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Bueno (1999) e Schurig *et al.*, (2025).

Os critérios apresentados no Quadro 1, foram empregados por meio de indicadores de observação registrados em protocolo.

A princípio, foi analisado o critério "Mecanismos de busca", observa-se a existência de busca simples, busca avançada, pesquisa por número do processo, relator, órgão julgador, data, filtros de pesquisa e operadores booleanos. Para "Metadados", verifica-se elementos como número do processo, relator, órgão julgador, data do julgamento, ementa e demais informações de identificação do documento. Em "Organização documental", foram analisadas a organização dos resultados, a estrutura da interface, a padronização dos documentos e a facilidade de navegação. Já a "Indexação" considerou-se a presença de descritores, palavras-chave e a estabilidade dos termos utilizados. Já para "Recuperação da informação", avaliaram-se os

resultados recuperados, a acessibilidade, a visualização integral dos documentos e possibilidades de refinamento das consultas.

Após a aplicação do protocolo de observação, cada critério foi classificado como "Integral" quando todos os indicadores previstos foram identificados na plataforma analisada, e como "Parcial" quando apenas parte dos indicadores foi atendida ou quando foram identificadas limitações que comprometem sua utilização, ainda que a funcionalidade estivesse presente.

Na fase de interpretação dos resultados foi adotada a análise comparativa, esse método permitiu conferir minuciosamente as realidades das duas plataformas institucionais, mostrando as suas convergências e divergências relacionadas ao acesso às informações jurisprudenciais. Essa abordagem possibilita compreender como características estruturais das plataformas influenciam na recuperação da informação e o acesso às informações jurídicas como apresentado no **Quadro 2**.

Quadro 2 - Etapas do procedimento metodológico da pesquisa.

Etapas	Procedimento técnico	Objetivo / Produto gerado
Levantamento Bibliográfico	Revisão bibliográfica de artigos, dissertações, teses e documentos legais.	Construção do referencial teórico e fundamentação dos conceitos da Ciência da Informação.
Coleta de Dados	Observação sistemática e direta das interfaces das bases de jurisprudência do TJPA e do TJAM.	Mapeamento visual das telas, menus e caminhos de acesso aos sistemas.
Análise Técnica	Exame documental das funcionalidades, filtros, indexação e mecanismos de busca de cada plataforma.	Diagnóstico individual das potencialidades e limitações de recuperação da informação das bases.
Análise Comparativa	Cruzamento dos dados coletados através da aplicação da matriz de critérios definidos.	Identificação de convergências e divergências entre os tribunais frente ao direito de acesso à informação.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Diante disso, os procedimentos metodológicos adotados permitiram examinar comparativamente as bases de dados estudadas, possibilitando uma análise crítica a respeito da sua contribuição para o acesso à informação jurídica no contexto do Poder Judiciário.

3 A DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA NA PERSPECTIVA DO DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO

A informação jurídica pode ser conceituada como um conjunto de conhecimentos produzidos no âmbito do Direito, que contribuem na atuação de profissionais como juízes, advogados e legisladores, sendo fundamental para a interpretação e aplicação das normas jurídicas.

Essa definição é intensificada por Barros (2016, p. 207) onde a “ [...] é a ferramenta de trabalho e matéria-prima dos que atuam, direta ou indiretamente, na área do direito, indispensável na execução de uma pesquisa. [...]”.

De acordo com Passos (1994), a informação jurídica possui uma certa diferença em relação a outros tipos de informação, pois ela possui uma qualidade importante que é a longevidade. Sendo assim, a autora afirma que a informação jurídica sempre estará presente na sociedade e, conseqüentemente, se modernizará com o passar do tempo.

Apesar de apresentarem perspectivas diferentes, ambos autores concordam em reconhecer que a informação jurídica desempenha um papel importante na produção, organização e disseminação da informação jurídica. Enquanto Barros (2016) mostra sua função prática, Passos (1994) sinaliza o caráter duradouro e atualização constante, que fundamenta a necessidade de ter sistemas capacitados para recuperar essas informações.

Ressalta-se que, a informação jurídica e o direito à informação se complementam, pois ambas possuem o papel de conectar entre o ordenamento jurídico à sociedade. Logo, o Estado tem o dever de garantir a publicidade e o acesso à informação, conforme previsto no Artigo 5º, inciso XXXIII, Constituição Federal de 1988:

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (Brasil, 1988).

Ademais, a estruturação jurídica brasileira estabelece diretrizes claras sobre a publicidade institucional, determinando que a informação pública deve ser a regra, e o sigilo, a exceção. Esse princípio ganha estabilidade com a LAI, que em seu Artigo 3º regulamenta a chamada transparência ativa:

Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;

II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;

III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;

IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;

V - desenvolvimento do controle social da administração pública. (Brasil, 2011).

Uma das principais funções da LAI, é garantir que os cidadãos tenham conhecimento de seus direitos e deveres, além de assegurar a transparência dos atos públicos, destacando que a informação jurídica deve estar acessível ao público.

Em concordância com Ferreira, Santos e Machado (2012, p. 11), “O direito ao acesso à informação é um direito humano, isto é, o governo tem a obrigação de ser transparente ao fornecer as informações e o cidadão tem o direito de solicitá-las”, ideia que é complementada por Barros (2016, p. 166), “O direito à informação é, portanto, a garantia do cidadão a todo e qualquer tipo de informação de modo verdadeiro e capaz de tornar todos os membros da sociedade ciente de todos os fatos que nela ocorrem.”.

Nota-se que ambos os autores apontam a mesma compreensão de que o acesso à informação é um elemento essencial para a cidadania. Porém, Barros (2016) desenvolve essa discussão ao reforçar que esse direito depende não apenas da disponibilidade das informações, mas também de uma organização e capacidade de serem realmente acessadas pelos usuários. Esse entendimento está ligado com a CI, ao mostrar que o acesso envolve a representação e a recuperação da informação.

Em vista disso, o acesso à informação e à justiça configura-se como elemento essencial para o exercício da cidadania, sendo assim, é de responsabilidade do Estado garantir mecanismos que possibilitem a compreensão e utilização dessas informações pela sociedade.

4 A JURISPRUDÊNCIA COMO FONTE DE INFORMAÇÃO: DAS BASES DE DADOS À RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO

“A Jurisprudência caracteriza-se como fonte formal do direito e de ordem secundária, pois a lei é a grande fonte primária, ou seja, a fonte principal de onde se origina o direito.” conforme afirmação de Barros (2016, p. 30), assim, a jurisprudência acaba por ser umas das principais fontes da área jurídica, pois corresponde ao conjunto de decisões judiciais produzidas nos tribunais. Essa ideia se afirma por Geraldo e Pinto (2019, p. 42), “Jurisprudência é a sábia interpretação e aplicação das leis a todos os casos concretos que se

submetem a julgamento da justiça, que produz sentenças, no primeiro grau, ou acórdãos e súmulas, dos Tribunais.”

Silva (2010) reafirma que a jurisprudência é simbolizada pelos acórdãos, decisões, e sentenças, pois é a base para que advogados observem certos problemas que estão sendo apontados pelos juízes. Entretanto, Ferreira e Maculan (2018) dizem que a jurisprudência se materializa por meio dos acórdãos, por ser o resultado de uma decisão tomada pelo colegiado de um tribunal. Ambos os conceitos coincidem em admitir que a jurisprudência depende de um apoio documental para se concretizar.

Observa-se que esses conceitos se complementam, enquanto Barros (2016), Geraldo e Pinto (2019) e Silva (2010) argumentam sobre a ideia de jurisprudência no meio jurídico, mostrando o seu papel como instrumento fundamental no Direito, Ferreira e Maculan (2018) aborda a jurisprudência na sua forma documental, na materialização por meio de acórdãos. Essa correlação está vinculada com a CI, pois a jurisprudência além de ser uma fonte jurídica, ela também é um recurso informacional, que precisa de critérios relacionados à recuperação da informação.

Segundo Ferreira (1994, p. 10), “A informação está cada vez mais presente em todas as atividades humanas, não só em suporte de papel, mas também na forma digital”. No âmbito profissional do direito, o acesso à base de jurisprudência já é uma realidade, pois a maioria dos tribunais já disponibiliza sua jurisprudência para o público em geral, por meio da internet (Bueno, 1999).

Os avanços tecnológicos impactam a vida da sociedade, no ambiente jurídico, não é diferente, pois com a chegada da Inteligência Artificial (IA), os tribunais precisaram se adaptar à era digital. Com a chegada da tecnologia, muitos advogados e/ou pesquisadores puderam contar com mais um tipo de instrumento para facilitar sua busca e recuperação da informação.

Nesse viés, estudos recentes demonstram que as tecnologias vêm contribuindo para modernizar as bases de jurisprudência, aumentando a eficiência na recuperação da informação e na precisão de resultados obtidos pelos usuários. A recuperação da informação jurídica tem sido significativamente impactada pelos avanços tecnológicos, especialmente com a utilização de IA, Aprendizagem de Máquina e Processamento de Linguagem Natural (PLN) (Oliveira; Castro; Rocha, 2024).

Em concordância com Barros (2016, p. 99), “Um sistema de recuperação da informação adequado tem como finalidade precípua a localização (busca, encontro, recuperação) do maior número possível de itens informacionais que sejam relevantes”. Com

esse fato, nota-se que a interpretação dos autores acima, apontam que os sistemas não dependem exclusivamente dos recursos tecnológicos, a qualidade da organização documental, a indexação e a representação da informação são elementos fundamentais para que mecanismos de busca recuperem resultados significativos, afirmando que as tecnologias ampliam as possibilidades de acesso, mas não substituem os processos da organização da informação.

5 O CONTEXTO HISTÓRICO E BASES DE DADOS DE JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO PARÁ E DO AMAZONAS

O TJPA e o TJAM representam autoridades máximas do Poder Judiciário em seus estados, sendo responsáveis pela prestação judicial em segunda instância e pela garantia do acesso à informação jurídica à sociedade.

Além de desempenharem suas funções judiciárias, ambas as instituições possuem um papel importante na organização, preservação e disseminação da informação jurídica, disponibilizando acervos nas suas bibliotecas especializadas e bases de dados de jurisprudência, que contribuem para a transparência da administração pública (Amazonas, 2026b; Pará, 2026b).

Considerado o marco inicial da organização da justiça de segunda instância no Estado, o TJPA possui uma trajetória histórica que se inicia no período imperial brasileiro. Nesse viés, a criação da Junta de Justiça do Pará, em 1758, e, posteriormente, à instalação do Tribunal de Relação de Belém, em 1874, torna o TJPA uma ferramenta de extrema importância para a informação jurídica na sociedade paraense, passando por sucessivas reorganizações administrativas até consolidar-se como Tribunal de Justiça do Estado do Pará, conforme previsto na Constituição Estadual de 1947.

Atualmente, sua sede se localiza em Belém, onde também funciona a Biblioteca Desembargador Antônio Koury, responsável pela preservação da memória institucional e pelo suporte informacional do TJPA (Pará, 2026a; Pará, 2026b).

No contexto da era digital, o TJPA ampliou o acesso às informações jurídicas por meio do Portal de Jurisprudência, ambiente eletrônico que reúne acórdãos, decisões monocráticas, súmulas, informativos de jurisprudência, jurisprudência por assunto e outros serviços que contribuem para a recuperação da informação jurídica (Pará, 2026c).

Além disso, entre suas principais ferramentas, destaca-se o Banco de Jurisprudência, que possibilita a realização de pesquisas por diferentes critérios, contribuindo para a localização das decisões judiciais e para o acesso às informações jurisprudenciais (Pará, 2026d; Pará, 2026e).

Em Manaus, torna-se relevante ressaltar que o TJAM possui sua formação vinculada ao processo de organização do Poder Judiciário, após a Proclamação da República e à autonomia conferida aos estados pela Constituição de 1891 (Amazonas, 2026a). A princípio, o tribunal passou por constantes processos de expansão e modernização administrativa, acompanhando as transformações do sistema judicial brasileiro.

Diante de tais transformações, a Biblioteca do TJAM está inserida em Manaus, essa unidade de informação disponibiliza informações jurídicas e técnico-científicas reservadas para apoio de atividades judiciais (Amazonas, 2026b). Hodiernamente, o TJAM, também, desenvolveu uma base de jurisprudência voltada à organização e recuperação da informação jurídica. Essa base de jurisprudência disponibiliza ao público, acórdãos, decisões judiciais e demais serviços de recuperação da informação.

Sob essa perspectiva, observa-se que as bibliotecas jurídicas dos Tribunais de Justiça exercem papel estratégico na organização, preservação e disseminação da informação jurídica. Conforme destaca Pires (2013), essas unidades de informação contribuem para o acesso ao conhecimento jurídico e para o exercício da cidadania.

A análise comparativa das bases de dados de jurisprudência do TJPA e do TJAM torna-se fundamental para compreender como esses sistemas informacionais contribuem para a democratização do direito de acesso à informação, identificando suas potencialidades, limitações e possibilidades de aperfeiçoamento no âmbito da recuperação da informação jurídica.

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, serão apresentados os resultados obtidos com base em análises documentais e na observação direta nas bases de jurisprudência do TJPA e do TJAM. Esse estudo orientou-se pelo método comparativo, buscando identificar as convergências, divergências, limitações de ambas as bases e analisar de forma comparativa a recuperação da informação das bases de jurisprudência do TJPA e do TJAM, considerando sua relação com o acesso às informações jurisprudências.

Ademais, os resultados apontaram diferenças significativas entre as bases analisadas, especialmente quanto à organização das informações, linguagem utilizada e facilidade de compreensão pelos usuários. A análise dos resultados foram agrupados e serão mostrados a seguir nos seguintes eixos temáticos de discussão: “Levantamento e diagnóstico das plataformas institucionais de jurisprudência do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) e do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM)” e “Uma análise comparativa das bases de dados de jurisprudência do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) e do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM)”.

6.1 Levantamento e diagnóstico das plataformas institucionais de jurisprudência do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) e do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM)

A análise da base de jurisprudência do TJPA, comprova a presença de mecanismos destinados à recuperação da informação jurídica, por meio de diferentes estratégias de busca. Além disso, a base disponibiliza recursos que permitem pesquisas utilizando critérios variados, incluindo número do processo, palavras-chave, órgão julgador e outros elementos associados aos documentos jurídicos. Essas funcionalidades ampliam o acesso às decisões judiciais e favorecem a recuperação mais específica da informação.

A análise da base de jurisprudência do TJAM demonstra a existência de mecanismos destinados à consulta pública das decisões judiciais, possibilitando acesso a acórdãos e demais registros jurisprudenciais produzidos pela instituição. Assim como, observado no TJPA, a base de jurisprudência representa um importante instrumento para a disponibilização da informação jurídica e da transparência institucional.

Nesse contexto, o trabalho desenvolvido por Paula (2010), que realizou análise comparativa do acesso à informação nos sistemas de acompanhamento processual do Judiciário Federal e Estadual, considerando aspectos relacionados à clareza das informações, disponibilidade dos conteúdos e satisfação das necessidades informacionais dos usuários. Embora o objeto investigado por Paula (2010) esteja relacionado à análise processual, suas contribuições apresentam aproximações relevantes com a presente pesquisa, sobretudo quanto à análise comparativa de sistemas jurídicos digitais e à influência da organização da informação sobre o acesso aos conteúdos disponibilizados.

Observa-se que, elementos como estrutura dos mecanismos de busca, clareza na apresentação dos resultados, disponibilidade de filtros e qualidade da recuperação da informação, influenciam diretamente na experiência do usuário e no acesso à informação. Assim, compreende que o funcionamento das bases jurisprudenciais do TJPA e do TJAM torna-se relevante para identificar de que forma essas bases de jurisprudência contribuem para ampliação ou limitação do acesso à informação jurídica no contexto digital.

Em relação aos mecanismos de busca, observou-se que a base de jurisprudência do TJPA apresenta uma organização nos recursos de busca mais integrada, reunindo vários mecanismos de recuperação da informação em uma só interface. Pois, a base do TJPA oferece a busca simples e avançada, além da possibilidade de utilização de diferentes filtros de pesquisa, como número do processo, relator, órgão julgador, classe processual, data de julgamento e palavras-chave. Esses recursos permitem ao usuário refinar as consultas e localizar documentos de forma mais específica, tornando o processo de recuperação da informação mais eficiente.

Por outro lado, mesmo que a base de jurisprudência do TJAM disponibilize mecanismos destinados à consulta pública das decisões judiciais, e permitindo pesquisas por critérios básicos, verificou-se que possui duas modalidades de buscas separadas, diferente da base do TJPA que possui dois mecanismos de busca, mas na mesma interface. Essa organização exige que o usuário escolha antecipadamente o tipo de pesquisa desejada, o que pode tornar a pesquisa menos fluida quando comparada ao modelo adotado pelo TJPA.

As observações corroboram com o estudo de Bueno (1999) que destaca que sistemas dotados de mecanismos de busca mais robustos e recursos de refinamento tendem a proporcionar maior eficiência na recuperação da informação jurídica. Da mesma forma, Schurig *et al.*, (2025) ressaltam que a qualidade dos mecanismos de pesquisa influencia diretamente a confiabilidade e a efetividade das consultas realizadas em bases jurisprudenciais.

No critério de representação da informação, verificou-se que ambas as plataformas disponibilizam metadados essenciais para identificação dos documentos jurídicos, como número do processo, relator, órgão julgador, data do julgamento e ementa.

Sob a perspectiva da CI, a representação adequada dos documentos contribui para ampliar a precisão das pesquisas e facilitar o acesso aos conteúdos de interesse dos usuários. Esses elementos favorecem a identificação, a contextualização e a seleção dos documentos recuperados, constituindo importantes instrumentos para a organização e recuperação da informação jurídica.

No que se refere à organização documental, percebe-se que os documentos disponibilizados pelo TJPA apresentam estrutura padronizada, permitindo a visualização organizada da ementa, dos dados processuais e do inteiro teor das decisões. Essa organização facilita a navegação e contribui para a compreensão das informações apresentadas. Embora os documentos disponibilizados pelo TJAM também apresentem estrutura padronizada e contenham os principais elementos documentais, observou-se que a apresentação dos resultados e a navegação entre os documentos são mais simples quando comparada à base do TJPA.

Em relação ao critério de indexação, notou-se que ambas bases de jurisprudência utilizam mecanismos que possibilitam a recuperação dos documentos jurídicos. Entretanto, as diferenças na organização da interface, na apresentação dos metadados e na forma como os resultados são estruturados podem influenciar o processo de recuperação da informação e a experiência do usuário durante a pesquisa.

Conforme destacado por Schurig *et al.*, (2025), limitações relacionadas à padronização da indexação podem comprometer a qualidade da recuperação da informação, especialmente em pesquisas jurídicas que demandam maior precisão e especificidade. Apesar de a pesquisa não ter identificado esses problemas, esse estudo apresenta a importância da indexação na recuperação do documento.

Tendo em consideração à recuperação da informação, as duas bases de jurisprudência cumprem sua função de disponibilizar decisões judiciais para consulta pública. Entretanto, a base do TJPA apresenta uma interface que favorece o refinamento das pesquisas, permitindo ao usuário combinar diferentes critérios de busca em um mesmo ambiente de consulta. Por outro lado, a base do TJAM também disponibiliza recursos de pesquisa por diferentes campos documentais, porém organizados em interfaces distintas, o que pode tornar o processo de busca menos intuitivo para alguns usuários.

De modo geral, verificou-se que a base de jurisprudência do TJPA apresenta uma organização mais integrada dos mecanismos de busca e dos recursos de recuperação da informação, favorecendo a navegação e o refinamento das consultas. Embora funcional e acessível, a base do TJAM apresenta uma organização dos mecanismos de busca menos integrada, o que pode exigir maior familiaridade do usuário para realizar consultas mais refinadas. O levantamento comprova que ambas as plataformas desempenham papel relevante no acesso à informação jurídica e na promoção da transparência institucional.

6.2 Uma análise comparativa das bases de dados de jurisprudência do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) e do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM)

A análise comparativa entre as bases de jurisprudência do TJPA e do TJAM evidenciou que ambas apresentam características que favorecem o acesso às informações jurisprudenciais, disponibilizando mecanismos de consulta pública às decisões judiciais. Todavia, foram observadas diferenças e semelhanças relacionadas à organização da informação, mecanismos de busca, indexação, recuperação da informação que influenciam diretamente o acesso à informação jurídica, categorizando de acordo com os níveis de atendimento em integral e parcial, de acordo com o **Quadro 3**.

Quadro 3 – Análise comparativa das bases jurisprudenciais do TJPA e TJAM

Base de jurisprudência	Critérios					Nível de atendimento
	Mecanismos de busca	Metadados	Organização documental	Indexação	Recuperação da informação	
TJPA	Integral	Integral	Integral	Integral	Integral	
TJAM	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Integral	

Fonte: Elaborada pela autora (2026).

Os resultados corroboram com os estudos de Schurig *et al.*, (2025) acerca da relevância da indexação e padronização documental para qualidade das bases de jurisprudência. Além disso, reforçam argumentos apresentados por Bueno (1999) que ressaltam a importância da organização da informação e dos mecanismos tecnológicos para a recuperação da informação jurídica. A comparação sugere que a base de jurisprudência do TJPA apresenta mais diversidade de mecanismos e recursos de busca, favorecendo o refinamento das consultas e a recuperação mais específica da informação jurídica. Embora o TJAM disponibilize acesso às decisões judiciais, a forma de organização dos mecanismos de busca podem influenciar o refinamento das pesquisas e a recuperação de documentos específicos.

Além da observação das funcionalidades disponíveis nas plataformas, foram realizados testes empíricos de recuperação da informação, utilizando operadores booleanos associados ao uso de aspas para delimitação de expressões exatas. O objetivo desse teste, consistiu em verificar como diferentes estratégias de busca influenciam a recuperação da informação jurídica nas bases jurisprudenciais analisadas.

Para realização do teste, utilizou-se a temática relacionada aos termos “energia elétrica”, “dano(s) moral(is) e indenização”, aplicando consultas com e sem o uso de aspas em ambas as bases. As buscas foram realizadas utilizando o operador booleano “AND”, que restringe a recuperação aos documentos que contenham simultaneamente os termos pesquisados. Os resultados obtidos foram realizados em consulta nas bases de jurisprudência do TJPA e TJAM, onde demonstraram diferenças significativas entre as bases de dados, conforme apresentado no **Tabela 1**.

Tabela 1 – Comparação dos resultados de busca utilizando operadores booleanos nas bases de jurisprudência do TJPA e TJAM.

Estratégia de busca	Base de jurisprudência	Quantidade aproximada de resultados
energia elétrica E dano moral E indenização	TJPA	9.377 resultados
	TJAM	4.773 resultados
"energia elétrica" E "dano moral" E "indenização"	TJPA	7 resultados
	TJAM	4.668 resultados

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Além dos aspectos técnicos, destaca-se a importância da arquitetura da informação e das interfaces digitais, visto que bases de jurisprudência complexas ou pouco intuitivas podem dificultar o acesso à informação, especialmente para usuários não especializados, evidenciando que a recuperação da informação jurídica depende também da experiência proporcionada durante a navegação.

Barros (2016, p. 195) explica que "[...] os métodos para recuperação de informação disponível em recursos online, em geral, seguem uma dinâmica baseada na álgebra booleana, ou teoria dos conjuntos", fundamentada nos operadores lógicos AND, OR e NOT, utilizados para combinar ou restringir conjuntos de informações. A adoção desses recursos, aliada à pesquisa por expressões exatas e ao uso de filtros específicos, amplia as possibilidades de recuperação da informação e contribui para maior precisão nas estratégias de busca realizadas pelos usuários.

Partindo deste ponto, a análise da base de jurisprudência do TJPA apresentou elevado uso de aspas, reduzindo significativamente o número de documentos recuperados quando a busca foi realizada utilizando expressões exatas. Observou-se a diminuição de aproximadamente 9.377 para 7 resultados, sugerindo maior sensibilidade do mecanismo de busca ao uso de expressões exatas, quando utilizados operadores associados à busca por expressões delimitadas.

A base de jurisprudência do TJAM apresentou menor variação entre os resultados recuperados, passando de aproximadamente 4.773 para 4.668 documentos, indicando comportamento distinto do mecanismo de recuperação da informação em comparação à base de jurisprudência do TJPA. Essa diferença pode estar relacionada à forma como cada base processa as consultas, organiza seus metadados, estrutura seus documentos ou implementar seus mecanismos de recuperação da informação

Os resultados sugerem que as bases de jurisprudência analisadas apresentam comportamentos distintos quanto à recuperação da informação jurídica, evidenciando que estratégias de busca influenciam diretamente a quantidade e potencial relevância dos documentos recuperados. Nesse sentido, mecanismos que oferecem maior refinamento podem favorecer a precisão das buscas, enquanto bases de jurisprudência menos sensíveis a determinadas estratégias podem ampliar resultados, mas reduzir a especificidade.

Verifica-se que o acesso à informação jurídica, depende não apenas da existência das bases digitais, mas também da qualidade dos mecanismos utilizados para representação, indexação e recuperação da informação. As bases de jurisprudência mais estruturadas tendem a favorecer o acesso aos conteúdos jurídicos, proporcionando melhores condições para a localização e a recuperação das informações.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar comparativamente as bases de jurisprudência do TJPA e do TJAM, com foco nas características de organização, indexação e recuperação da informação, considerando sua relação com o acesso às informações jurídicas. Os resultados indicaram que ambas as bases contribuem para a disponibilização da informação jurídica, porém, apresentam diferenças quanto à organização documental, aos mecanismos de pesquisa e à estrutura dos metadados.

Assim, a base do TJPA disponibiliza mecanismos de busca mais integrados e recursos que favorecem o refinamento das consultas, enquanto a base do TJAM, embora funcional, apresenta uma organização dos recursos de pesquisa menos integrada, o que pode exigir maior familiaridade do usuário durante a realização das buscas.

Observa-se que a pesquisa esclareceu que o acesso à informação jurídica, não depende apenas da disponibilização dos documentos, mas também da qualidade dos processos de organização, representação e recuperação da informação. Essa importância reforça a atuação dos profissionais da Biblioteconomia e da CI no desenvolvimento e aperfeiçoamento dessas bases.

Destaca-se que, a contribuição deste estudo, pode ampliar as discussões sobre bases de dados de jurisprudência e pode auxiliar nas melhorias das bases de jurisprudência analisadas, especialmente, no que se refere aos mecanismos de busca e à organização da informação. Em relação à limitação, pode-se analisar que a pesquisa foi baseada na observação das interfaces, sem considerar a percepção dos usuários. Assim, torna-se relevante a realização de estudos mais aprofundados que realizem avaliações sobre facilidade de uso e ampliem a investigação para outros tribunais.

Desse modo, o estudo concluiu que nem sempre os sistemas judiciais apresentam informações de forma suficientemente acessível, demonstrando que a forma como a informação é organizada e disponibilizada influencia o acesso e a recuperação das informações jurídicas. No entanto, as bases de dados de jurisprudência são instrumentos indispensáveis para a transparência no Judiciário e sua eficácia está vinculada à excelência da organização da informação, cujo aperfeiçoamento contínuo é fundamental para garantir transparência, disponibilidade e acesso às informações jurídicas.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. **História da justiça amazonense**. Disponível em: <https://www.tjam.jus.br/index.php/portal-da-memoria/historia-tjam/historia-da-justica-amazonense>. Acesso em: 10 abr. 2026a.

AMAZONAS. Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. **Biblioteca, gestão e conhecimento- apresentação**. Disponível em: <https://www.tjam.jus.br/index.php/biblioteca/apresentacao>. Acesso em: 10 abr. 2026b.

BARROS, L. V. **Teoria e prática da pesquisa em jurisprudência: da procura e uso da informação para sustentar teses e estudos jurídicos**. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo**, Brasília, DF, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 02 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do 3º do art. 37 e no 2º do art. 216 da Constituição Federal. Brasília, DF: Presidência da República [2011]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm. Acesso em: 5 mar. 2026.

BUENO, T. C. D. **Recuperação da informação jurídica em sistema baseado em casos**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/80548>. Acesso em: 2 jun. 2026.

FERREIRA, A. C.; MACULAN, B. C. M. dos S. Panorama sobre as fontes de informação jurídicas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 14, n. 3, p. 279-303, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/229091>. Acesso em: 27 fev. 2026.

FERREIRA, E. G. A. O direito à informação e as bibliotecas públicas no contexto da lei de acesso à informação. **Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas**, v., n. 3, p. 147-153, 2015. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasab/article/view/670>. Acesso em: 24 fev. 2026.

FERREIRA, E. G. A.; SANTOS, E. S.; MACHADO, M. N. Políticas de informação no Brasil: a lei de acesso à informação em foco. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, p. 1- 13, 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/68881>. Acesso em: 5 mar. 2026.

FERREIRA, J. R. O impacto da tecnologia da informação sobre o desenvolvimento nacional. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 23, n. 1, p. 9-15, 1994. Disponível em: <http://biblioteca.ijsn.es.gov.br/Record/343718>. Acesso em: 22 fev. 2026.

GERALDO, G.; PINTO, M. D. DE S.. Estudo de usuários de informação jurídica: bibliotecário e critérios de qualidade da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, p. 39–60, jan. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/3334>. Acesso em: 2 jun. 2026.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Áreas territoriais- acesso ao produto**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-area-s-dos-municipios.html?t=acesso-ao-produto&c=13>. Acesso em: 20 jul. 2026.

JÁUREGUI, M. C. El derecho a la información: Delimitación conceptual. **Derecho Comparado de la Información**, México, no 15, Enero-Junio 2010. Disponível em: <https://revistas-colaboracion.juridicas.unam.mx/index.php/decoin/article/view/33183/30147>. Acesso em: 30 jun. 2026.

MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

OLIVEIRA, L. S.; CASTRO, F. F.; ROCHA, E. S. S. Recuperação da informação jurídica: um mapeamento sistemático. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2024. **Anais [...]** XXIV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2024. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/342704>. Acesso em: 11 abr. 2026.

PARÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Pará. **Histórico**. Disponível em: <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Sobre-o-TJ/39-Historico.xhtml>. Acesso em: 10 abr. 2026a.

PARÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Pará. **Apresentação e Histórico**. Disponível em: <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Biblioteca/121-Apresentacao.xhtml>. Acesso em: 10 abr. 2026b.

PARÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Pará. **Portal da Jurisprudência- apresentação**. Disponível em: <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/hotsite/jurisprudencia/pg.xhtml?id=133>. Acesso em: 10 abr. 2026c.

PARÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Pará. **Banco de jurisprudência**. disponível em: <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/hotsite/jurisprudencia/pg.xhtml?id=1605294>. Acesso em: 10 abr. 2026d.

PARÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Pará. **Portal da jurisprudência- normativos**. Disponível em: <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/hotsite/jurisprudencia/pg.xhtml?id=1605292> Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Acesso em: 10 abr. 2026e.

PASSOS, E. J. L. O controle da informação jurídica no brasil: a contribuição do senado federal. **Ciência da Informação**, v. 23, n. 3, 363-368, 1994. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/19417>. Acesso em: 12 abr. 2026.

PAULA, J. X. de. **O acesso à informação no Judiciário Federal e Estadual**: uma análise comparativa do acompanhamento processual nos websites da JF-PA e TJE-PA. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

PIRES, E. A. N. A biblioteca da Procuradoria da República no Estado do Pará: seu papel na democratização e no acesso da informação jurídica. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v. 3, n. 2, 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/81240>. Acesso em: 12 abr. 2026.

SCHURIG, A. S.; *et al.*. A confiabilidade de pesquisas jurimétricas: desafios na coleta de dados e análises empíricas de jurisprudência. **Informação & Informação**, Londrina, v. 30, n. 4, p. 156- 187. 2025. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/378472>. Acesso em 07 mar. 2026.

SILVA, Andréia Gonçalves. **Fontes de informação jurídica**: conceitos e técnicas de leitura para o profissional da informação. Rio de Janeiro: Interciência, 2010.